



Câmara Municipal de Castanheira de Pera

ACTA N° 18/2000

Data da reunião ordinária: 15-09-2000

Início da reunião: 15:00 horas

Términus da reunião: 17:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Castanheira de Pera que comparecem à reunião:

Presidente: Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques

Vereadores:

Fernando José Pires Lopes
Bebiano Antunes Rosinha
Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia
José Manuel Almeida Lourenço

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria da Conceição Silva Soares

Cargo: Chefe de Divisão R. S.

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 14-09-2000

Operações Orçamentais: 62.209.666,40

Operações de Tesouraria: 21.270.129,00

Reunião de 15 de Setembro de 2000

ABERTURA

-----Aos quinze dias do mês de Setembro de dois mil, nesta vila de Castanheira de Pera e sala de Reuniões sita no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência do senhor Pedro Manuel Barjona de Tomaz Henriques e a presença dos Vereadores senhores Fernando José Pires Lopes, Bebiano Antunes Rosinha, Dr. Nuno José Mendes Teixeira Correia e José Manuel Almeida Lourenço.-----

-----Pelas quinze horas foi considerada aberta a reunião.-----

BALANCETE DE TESOURARIA

OPERAÇÕES	DE	TESOURARIA	-
21.270.129.50	-----	-----	-----
OPERAÇÕES	ORÇAMENTAIS	-	-
62.209.666.40	-----	-----	-----

OBRAS PARTICULARES**PRIMEIRA**-----

-----ILDA PEREIRA CRUZ E MANUEL ANTUNES DOS SANTOS, requerem aprovação do projecto de arquitectura para construção de uma moradia unifamiliar, sita em Soeiro. Tem o parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

SEGUNDA-----

-----ANTÓNIO ANTUNES SEQUEIRA FERNANDES, requer aprovação do projecto de arquitectura para a reconstrução de um imóvel destinado a garagem e arrumos, sito em Gestosa Fundeira. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

TERCEIRA-----

-----MARIA HELENA ROSA NETO ROSADO, requer aprovação de projecto de arquitectura para reconstrução/ampliação de uma moradia, sita em Travessa do Ribeiro à Eira Velha. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

QUARTA-----

-----ALBANO NETO GOMES ANTUNES, requer aprovação do projecto de alterações para construção de um armazém de rações, sito em Moita. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

QUINTA-----

-----JORGE GIL OLIVEIRA BEBIANO, SUCESSORES, LDA. requer aprovação do projecto de alterações do imóvel, sito na Rua João Bebiano, nesta Vila. Tem o parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

SEXTA-----

-----FERNANDO MANUEL PEDROSO SIMÕES, requer aprovação dos Projectos de Especialidades e emissão da respectiva licença de ampliação de uma moradia, sita nesta Vila. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

SÉTIMA-----

-----RAUL DAS NEVES JACINTO, requer aprovação do Projecto de Especialidades e emissão da respectiva licença de construção de uma moradia unifamiliar, sita em Gestosa Cimeira. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

OITAVA-----

-----ANTÓNIO JOSÉ SANTOS CARVALHO, requer aprovação dos Projectos de Especialidades de construção de uma moradia unifamiliar, sita em Outeiro. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e

Urbanismo. Deferido.-----

NONA-----

-----CARLOS MANUEL PEREIRA CONCEIÇÃO, requer aprovação dos Projectos de Especialidades e emissão da respectiva licença de construção de uma moradia unifamiliar a efectuar, no Lote 9 do Loteamento das Avenidas Verdes. Tem parecer favorável do Serviço de Obras e Urbanismo. Deferido.-----

DESTAQUE-----

PRIMEIRO-----

-----JOSÉ MANUEL DAVID TOMÁS HENRIQUES E ADELINO TOMAZ HENRIQUES, requerem o destaque de parcela urbana no Lugar do Torgal. Por se encontrar nos termos da Lei e de acordo com o parecer emitido pela Comissão de Coordenação da Região Centro, em casos identicos e certidão emitida pela Junta de Freguesia de Castanheira de Pera, o Serviço de Obras e Urbanismo deu parecer favorável. Deferido. O Sr. Presidente não se pronunciou por ser familiar dos requerentes.-----

SEGUNDO-----

-----JOSÉ CARLOS TOMÁS DE CARVALHO E ADELINO MARQUES, requerem destaque de parcela, de terreno no lugar da Palheira. Em virtude de se encontrar nos termos da Lei, o Serviço de Obras e Urbanismo deu parecer favorável. Deferido.-----

OFÍCIOS-----

PRIMEIRO-----

-----Presente ofício da Casa do Povo de Castanheira de pera agradecendo o apoio da Câmara designadamente no que respeita ao 14º. Grande Prémio de Atletismo de Castanheira de Pera. Tomado conhecimento.-----

SEGUNDO-----

-----Presente ofício de estudante, bolseiro da Câmara Municipal de Castanheira de Pera, Pedro Miguel Henriques dos Santos Pimentel Ladeira, agradecendo a bolsa de estudo concedida ao longo do curso. Tomado conhecimento.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE-----

PRIMEIRA-----

-----CRIAÇÃO DE UM GABINETE DE IMPRENSA - No sentido de imprimir uma nova dinâmica cultural ao Município e face ao déficit de publicações neste sector a Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera proceder à criação de um Gabinete de Imprensa que deverá, entre outras funções, promover a publicação do Boletim Municipal e colaborar nas edições do Jornal "O Castanheirense", recentemente adquirido às Oficinas Gráficas, Lda conforme Acordo aprovado em reunião de Câmara de 30/06/2000 e despacho de 11/08/2000 proferido pela Chefe de Divisão de Registos do Instituto da Comunicação Social.-----

SEGUNDA-----

-----APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO DA "URBANIZAÇÃO DAS PISCINAS" - A Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera, nos termos da alínea a) do nº.1 do artigo 64º. do Decreto-Lei nº. 448/91, de 29 de Novembro com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 334/97, de 28 de Dezembro, aprovar o Loteamento da "Urbanização das Piscinas" e respectivo regulamento que se dá aqui como reproduzido e se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante.-----

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE

TERCEIRA-----

-----EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL SOBRE A EXPLORAÇÃO DE MÁQUINA ELÉCTRICA DE DIVERSÃO NO BAR DE TOMÁS & SANTOS, LDA. - A Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera, nos termos do nº. 1 do artigo 1º. da Lei nº. 2/87, de 8 de Janeiro, emitir parecer favorável sobre a exploração de máquina eléctrica de diversão pelo Bar de Tomás & Santos, Lda., sito na Praça Visconde em Castanheira de Pera, com vista à renovação da respectiva licença de exploração, a conceder pelas entidades competentes.-----

QUARTA-----

-----REDE DE ESGOTOS DA MOITA - A Câmara tomou conhecimento através de informação prestada pelo Serviço de Obras e Urbanismo de que algumas casas na povoação da Moita não estão abrangidas pela rede de esgotos que serve aquela zona. Deliberado encarregar o Serviço de Obras e Urbanismo da elaboração de um projecto complementar para, em face da dimensão da obra, se decidir do procedimento adequado à realização da mesma.-----

QUINTA-----

-----PEDIDO DE SUBSÍDEO AMICAPER - Presente ofício da AMICAPER - Associação Castanheirense de Apoio às Actividades Culturais e Recreativas - em que expõe a sua actividade em diversas áreas e solicitando mais uma vez o apoio da Câmara. Deliberado estabelecer um Protocolo de Cooperação com aquela associação, passando a mensalidade do subsídeo a ser de 250.000\$00.-----

SEXTA-----

-----PEDIDO DE SUBSÍDIO - COMISSÃO DE FESTAS - SARZEDAS DE S. PEDRO - Presente carta da Comissão Organizadora dos Festejos em Honra de S. Pedro de Sarzedas de S. Pedro a solicitar apoio financeiro e logístico para a realização daquelas festividades, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera delibera conceder o apoio logístico solicitado.-----

SÉTIMA-----

-----PEDIDO DE SUBSÍDIO - CENTRO RECREATIVO DA GESTOSA CIMEIRA - Presente ofício do Centro de Convívio da Gestosa Cimeira deliberado, nos termos da alínea b) do nº. 4 do artigo 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro atribuir apoio financeiro no valor de Esc. 90.000\$00.-----

OITAVA-----

-----Considerando o facto de a Câmara Municipal ter cerca de 20 obras em concurso e outras já em fase de execução, atendendo também às obras projectadas e ao número de trabalhadores da Câmara Municipal, em regime de contratação ou outro. Verificada as implicações em termos humanos e físicos necessários aos aludidos projectos e ao funcionamento regular e em condições minimamente satisfatórias de todos os serviços camarários. Atendendo ao facto de que o edifício onde se encontra em funcionamento a Câmara Municipal e serviços e órgãos complementares e ainda outros espaços ocupados no exterior com serviços camarários, serem exíguos e inadequados às necessidades reais. Verificado que a Câmara Municipal é proprietária do edifício denominado "Casa Bissayas" sito em Castanheira de Pera, encontrando-se o mesmo a ser ocupado pela Escola de Condução Castanheirense, Lda., sem qualquer contrapartida monetária ou outra apesar das várias notificações já efectuadas à referida

escola, quer por este executivo, quer por executivos anteriores, no sentido de a mesma desocupar o edifício, não tendo a aludida escola acatado as várias solicitações apesar de já esgotados os prazos dados. Pelo exposto delibera esta Câmara Municipal, por unanimidade, proceder às diligências legalmente necessárias tendentes à desocupação imediata, pela Escola de Condução Castanheirense, Lda, do aludido espaço.-----

NONA-----

-----Presente ofício intitulado, num dos lados, "Convocatória" e no outro "Esclarecimento", com data de 1 de Setembro de 2000, distribuído à população do concelho de Castanheira de Pera, inclusivamente através de mailing e pelos CTT, da autoria de uma auto denominada "Comissão "ad hoc" de Compartes da freguesia de Castanheira de Pera" e de Fernando Correia Bernardo. Por o mesmo ter sido elaborado com o intuito de prejudicar e ofender nos seus direitos pessoais, institucionais e morais, a Câmara Municipal, seus órgãos e membros, tratando-se assim de matéria susceptível de integrar crime e / ou responsabilidade civil, sendo também uma conduta já reiterada pela maioria dos seus autores, delibera esta Câmara Municipal, por unanimidade, prosseguir com as queixas já apresentadas e integrar procedimento criminal contra os autores do escrito ora presente.-----

DÉCIMA-----

-----EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO - PRAÇA DA NOTABILIDADE - Em sequência da abertura do concurso público referente à empreitada de construção da "Praça da Notabilidade" tomada em reunião de 28 de Agosto de 2000 a C.M.C.P. delibera consultar instituições de crédito para contratação de um empréstimo a longo prazo, por 20 anos com três anos de carência, no valor de Esc. 220.000.000\$00, para financiamento da obra em epígrafe. O presente empréstimo será contraído ao abrigo do artº. 32º. da Lei 42/98, de 6/8 (não relevando para efeitos dos limites da capacidade de endividamento municipal, por se destinar a um projecto participado pelos fundos estruturais comunitários). Mais se delibera submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para posterior autorização.-----

DÉCIMA-PRIMEIRA-----

-----"REDE NATURA 2000" - Presentes a Resolução do Concelho de Ministros nº. 76/2000, que aprovou a lista nacional de sítios da Rede natura 2000 e que abrange parte da área sob jurisdição deste Município, bem como o esclarecimento prestado pelo INCN por ofício de 29/08/2000. Analisados os documentos a Câmara Municipal de Castanheira de Pera entende o seguinte:-----

- O processo de selecção relativo à elaboração da lista acima mencionada não obedeceu a quaisquer critérios conhecidos tendo sido conduzido arbitrariamente pela Administração Central sobre uma área em que a mesma não detém competências exclusivas.-----

- De facto a inclusão da área correspondente ao Município de Castanheira de Pera na referida lista resultou de uma decisão unilateral da Administração Central não tendo havido qualquer consulta ou inquérito público tal como é imposto pelas directivas comunitárias e pelas normas e princípios vigentes na ordem jurídica interna.-----

- Não houve qualquer participação ou coordenação de políticas, exigência decorrente da própria Lei de Ordenamento do Território e Urbanismo recentemente publicada, pelo menos no que se refere à

área integrada na "2ª fase" da citada resolução.-----
- A nossa participação foi solicitada numa alegada "1ª fase" e pronunciamos-nos apenas sobre a área discutida na altura que não corresponde, sobretudo quanto à sua extensão, àquela que veio a ser aprovada pela resolução.-----
- Desta forma não foram observados os procedimentos mínimos exigíveis e a decisão final foi tomada à margem e com total desconhecimento dos interesses públicos locais.-----
- Respeitando esta decisão Governamental a uma área que convoca, obrigatoriamente, a intervenção da Administração Local, pois os interesses a prosseguir são simultaneamente nacionais e locais, que papel foi reservado às Autarquias neste processo? Em termos foi respeitada a lógica do nosso Estado de Direito Democrático? Onde ficam, no que a este município dizem respeito, as competências e atribuições conferidas às Autarquias locais? Que relevo assumem as garantias constitucionais no que concerne ao poder local? Terá sido também esquecido o papel dos P.M.O.T. como "instrumentos de gestão e desenvolvimento local"?-----
- Que critérios, técnicos e científicos, estiveram na base desta decisão?-----
- A que "evolução do conhecimento científico sobre o património natural" fez referência a resolução do Conselho de Ministros (que fundamenta em parte o alargamento da área inicialmente definida)-
- Desconhecemos estes critérios. Desconhecemos tal "evolução" científica.-----
- Conhecemos apenas a decisão, resultado de um processo, que foi tardiamente divulgado, ou melhor transmitido, já que não houve lugar a qualquer inquérito público, como se refere na aludida resolução, mas tão só a uma divulgação pública de um processo já consumado, única e exclusivamente, pela Administração Central.---
Em função do que precede, a Câmara delibera por unanimidade discordar em absoluto de tal decisão rejeitando o processo e procedimento adoptados por considerar não estarem reunidas as condições necessárias ao reconhecimento da área deste concelho integrada na lista nacional de sítios da Rede Natura 2000 - PTCON0060. Mais delibera remeter cópia da presente posição assumida ao I.C.N., A.N.M.P. e à Câmara Municipal de Gois.-----

DÉCIMA-SEGUNDA-----

-----REVISÃO ORÇAMENTAL - Presente a 2ª. Revisão Orçamental para o ano 2000, no valor de 24.401 contos. Deliberado aprová-la e submetê-la à Assembleia Municipal nos termos da alínea c) nº. 2 do artigo 64º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

DÉCIMA-TERCEIRA-----

-----ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO (APROVAÇÃO) - Ao abrigo do artigo 31º. do Decreto 341/83, de 21 de Julho, a Câmara Municipal delibera aprovar a 9ª. Alteração ao Orçamento, no valor de 5.235 contos.-----

DÉCIMA-QUARTA-----

-----PAGAMENTOS - A Câmara municipal tomou conhecimento dos pagamentos efectuados e autorizados, registados sob os números: 771; 825; 826; 1154; 1155; 1260 a 1268; 1441 a 1446; 1448; 1469; 1478; 1493 a 1510; 1529; 1540 a 1555; 1157 a 1584; 1586 a 1592; 1594 a 1621 e 1623 no valor de 34.523.530\$00, respeitantes a Despesas Orçamentais e delibera ratificá-los.-----

INFORMAÇÕES

-----O sr. Presidente da Câmara informa, que no âmbito das competências que lhe são conferidas pela Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, tomou as seguintes decisões:-----

1ª- Não adjudicar Empreitada da Rede de Esgotos em Carregal Cimeiro, por se ter verificado que as propostas admitidas a concurso apresentam um valor consideravelmente superior ao preço base estabelecido (a proposta mais baixa admitida a concurso era de 34.809.118\$00 sendo o preço base de 20.860.619\$00). Assim deverão ser cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 107º. do Decreto-Lei 59/99, de 2 de Março e oportunamente proceder-se-á à abertura de novo concurso.-----

2ª- Proceder à pavimentação do Caminho de Ligação entre o Cemitério de Pera e a povoação de Botelhas pelo preço base de 2.310.000\$00, conforme estudo da Serviço de Obras e Urbanismo.---

3ª-Proceder à pavimentação do caminho entre a Rua 5 de Outubro e a Habitação Social, sito no Valseá, após conclusão do projecto a apresentar pelo GAT - Figueiró dos Vinhos.-----

4ª-ABERTURA DE CONCURSO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Proceder à abertura de concurso limitado nos termos do DL nº. 197/99 de 08/06, para elaboração do projecto de criação das barreiras que ladeiam as Avenidas verdes e que será designado como projecto "Cristaleira".-----

PRESENCAS

-----Presente o Sr. Serra e Moura, residente nas Botelhas, que informa vai ser criada uma Comissão de melhoramentos naquele lugar e que o facto de não estar mais desenvolvido nem sempre se deve à Autarquia, mas sim, à inercia do cidadão. Terminou por agradecer a atenção dispensada.-----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais assunto algum a tratar, foi encerrada a reunião eram dezassete horas, pelo que de tudo se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta.-----

-----E eu, Maria da Conceição Silva Soares, minutei, mandei lavar e subscrevo.-----